

# A TIPIFICAÇÃO DOS GINÁSIOS DE ENSINO SECUNDÁRIO: UM ESTUDO NO SUL DE MATO GROSSO

Jéssica Lima Urbietta

**RESUMO:** Este estudo traz resultados de uma pesquisa em andamento, que focaliza os tipos de Ginásios criados no Brasil e, principalmente, no sul do estado de Mato Grosso, em um período que compreendeu as reformas educacionais, que possibilitaram a criação dos Ginásios de Ensino Secundário, Ginásios de Aplicação, Ginásios Vocacionais, entre outros. A delimitação abrange o período de 1920 a 1970, utilizando-se de fontes memorialísticas, autobiográficas e documentais. Os resultados parciais, sinalizam que a urbanização do país no início da República, surgiram ideias renovadoras sobre a educação e junto a elas, as reformas que instituiu o Ensino Secundário em escolas voltadas à ascensão social do educando. Em Mato Grosso, não há registros sobre a criação de outros Ginásios se não o de Ensino Secundário, totalizando no período delimitado, quatro instituições.

Palavras-Chave: a) Ensino Secundário; b) Ginásios; c) Memorialistas;

## Introdução

Esta pesquisa, em andamento, interessa-se por identificar como se constituiu o Ensino Secundário no Brasil e, principalmente, seu processo no sul do Estado de Mato Grosso, para entender o contexto em que foram criados os Ginásios no período de 1920 a 1970, sob as leis e reformas na situação em que o Brasil e cidades do sul de Mato Grosso se encontravam. O recorte espacial é justificado pela divisão do estado de Mato Grosso em 1977, criando-se o estado de Mato Grosso do Sul.

Perscruta-se a tipificação dos Ginásios de Ensino Secundário com o intuito de compreender o lugar desses ginásios, que foram criados com objetivos de atender às expectativas da sociedade brasileira, que passava por um período de reconstrução, tanto da economia, quanto da educação.

O Ginásio de Ensino Secundário foi instituído com a finalidade de atender aqueles que almejavam o ensino superior e, conseqüentemente, a ascensão social. O Ginásio de Aplicação, surgiu no ano de 1946, preocupado com a formação de professores e o Ginásio Vocacional é criado em 1961 visando a renovação, inspirado em alguns princípios da Escola Nova.

Nesse estudo as fontes analisadas são fontes memorialísticas, de autores do sul de Mato Grosso, dentre estas destacamos a autobiografia de Luiz Alexandre de Oliveira, “O mundo que eu vi”. Nela o professor, diretor, advogado e juiz auditor de guerra narra

sua trajetória desde seu nascimento em Minas Gerais no começo do século XX, com a decadência da exploração diamantífera e aurífera no Estado, até sua vida em “luta” para a educação na cidade de Campo Grande.

Fontes documentais e trabalhos científicos sobre a temática também foram utilizados, afim de proporcionar um diálogo entre os dados. Com isso, o artigo está estruturado em três tópicos, abrangendo o ensino secundário no Brasil e a tipificação dos Ginásios criados ao longo da história para dialogar com o ensino no sul de Mato Grosso.

### **O ensino secundário no Brasil e a criação dos Ginásios**

Cabe ressaltar inicialmente que a partir da Primeira República é possível constatar uma agitação no que concerne à educação frente à urbanização que o país propunha. Há uma valorização do trabalho mais dependente de escolarização, consequentemente levando aos grupos sociais a idealização de um novo projeto educacional. A discussão sobre a abertura de escolas é pensada considerando,

[...] dois grandes movimentos de ideias a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o “entusiasmo da educação” e o “otimismo pedagógico”. O primeiro movimento solicitava a abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino. Tais movimentos se alternaram durante a “Primeira República” e em alguns momentos se completaram. (GHIRALDELLI, 2009, p. 32).

A República foi tomado por um “fervor ideológico”, que via a educação como a arma para o desenvolvimento da sociedade brasileira, logo esse “entusiasmo pela educação”, pretendia o progresso da sociedade, tornando o cidadão ativo em um momento de avanço econômico do país.

As forças políticas movimentaram-se para controlar as instituições educativas impostas para solucionar o “atraso educacional”, praticando a pedagogia moderna: “[...] nos moldes dos cafeicultores [...] propõe o ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites ‘condutoras do progresso’ e reivindica ampla educação popular.” (HILSDORF, 2003, p. 60).

Em 1930 com o fim da “Primeira República” passamos a viver uma nova fase que teve Getúlio Vargas no poder, governando o país por quinze anos, frente ao

chamado “Estado Novo”. Em síntese os anos de 1930 e 1945, conhecidos como “Era Vargas” é marcada com o propósito de “reconstrução da nação”, visando colocar em prática os projetos de “educação do povo”.

Os períodos de 1930 e 1960, conforme Souza (2008) pode ser compreendido como um período de redefinições da educação secundária no país, frente às reformas implementadas pelo poder público federal. Começando com a Revolução de 1930 que é o marco para a tomada do poder pela burguesia industrial.

Entre as reformas está a chamada Reforma Francisco Campos no governo de Getúlio Vargas, apresentada entre 1931 e 1932, pelo Decreto nº 21.241, em 4 de abril de 1932 e as Leis Orgânicas do Ensino editadas por meio de decretos-lei, pelo ministro Capanema, entre 1942-46.

A Reforma Francisco Campos (Decreto N. 21.241, de 4 de abril de 1932) teve papel importante para o reconhecimento e reformulação do ensino secundário no Brasil. Esse Decreto compreendeu que o ensino secundário será ministrado no Colégio Pedro II e demais estabelecimentos sobre regime de inspeção oficial. (BRASIL, 1932). Além disso, o ensino secundário compreenderia dois cursos seriados: fundamental, com cinco anos de duração e o complementar com dois anos de duração.

As Leis Orgânicas, que visavam à construção de um sistema centralizado de ensino, destaca os objetivos do ensino secundário: “1) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes, 2) Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística e 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.” (BRASIL, 1942).

Sendo assim o ensino secundário seria ministrado em dois ciclos, o primeiro compreendendo o curso ginásial com duração de quatro anos e o segundo subdividido em: curso clássico e científico, cada qual com três anos de duração, com o objetivo de aprimorar a educação do curso ginásial. Como aponta o referido Decreto-Lei n. 4.244, que no capítulo II trata dos ciclos e cursos.

### **Tipificação dos Ginásios**

Os estudos sobre o ensino secundário apresentam algumas instituições voltadas a atender as necessidades educacionais de seu período. Cabe apresentar a investigação quanto as finalidades da criação de tais instituições de ensino no país, sob a perspectiva da dimensão política, administrativa, cultural e pedagógica que o país apresentava.

QUADRO 1 – Instalação e implementação dos Ginásios.

<b>Tipo</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Proposta</b>
Ginásio de Ensino Secundário	Decreto – Lei n. 4.244 – De 9 de abril de 1942	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministrar o curso ginásial;</li> <li>• Oportunidade de ascensão social;</li> <li>• Aluno ideal;</li> <li>• Formar as camadas superiores;</li> <li>• Caráter formador.</li> </ul>
Ginásio de Aplicação	Decreto – Lei n. 9.053 - De 12 de março de 1946	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Renovação na prática pedagógica;</li> <li>• Formação de professores;</li> <li>• Campo de estágio;</li> <li>• Conhecimentos em prática.</li> </ul>
Ginásio Vocacional	Decreto n. 38.643 - De 27 de junho de 1961	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver aptidões;</li> <li>• Desenvolver potencialidades;</li> <li>• Orientação profissional;</li> </ul>
Ginásios Orientados para o Trabalho - (Ginásios Polivalentes e Ginásios Pluricurriculares)	Lei de Diretrizes e Bases – De 1961	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Justiça social;</li> <li>• Progresso econômico;</li> <li>• Formação geral;</li> <li>• Orientação profissional.</li> </ul>

Fonte: Hilsdorf (2003); Nunes (1980); Tamberlini (2001).

Com a divisão dos ciclos do ensino secundário por meio do Decreto-Lei em 1942, as instituições de ensino que ministrariam os cursos respectivos aos ciclos ficaram conhecidas como: Ginásio e Colégio, como aponta o capítulo III do referido decreto que aborda os tipos de estabelecimentos de ensino secundário:

Art. 5º Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio.

§ 1º Ginásio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo.

§ 2º Colégio será o estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do curso próprio do ginásio, os dois cursos de segundo ciclo. Não poderá o colégio eximir-se de ministrar qualquer dos cursos mencionados neste parágrafo.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio.

Art. 7º Ginásio e colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário.

Desta forma, os ginásios foram estabelecimentos de ensino responsáveis por ministrar o primeiro ciclo, e assim como o ensino secundário em si, eram destinados principalmente, a suprir as expectativas de uma classe média urbana em ascensão social, que almejava os estudos superiores.

A escola que representava a oportunidade de ascensão social era o ginásio secundário, procurado não como uma escolha “irrealista” das classes populares como os estudos clássicos insistiam, mas como alternativa lógica, diante de suas expectativas na estimativa que faziam das vantagens relativas aos diferentes tipos de educação. (NUNES, 1980, p. 53).

O caráter elitista que o Ginásio de Ensino Secundário apresentava é compreensível ao fato que para obter o ingresso nessa etapa de ensino era necessário o exame de admissão. O exame de admissão assim como aponta Nunes (2000) foi a linha divisória entre o ensino primário e secundário. Os alunos que almejavam a entrada no Ginásio passavam por uma etapa de preparação que contava com apoio da família e de um capital econômico favorável, ao passo que havia cursos com livros caros preparatórios para o exame.

O Ginásio de ensino secundário não foi o único estabelecimento de ensino denominado “ginásio”, que foi criado nesse período. Já com a posse da presidência por Eurico Gaspar Dutra, surgiram os Ginásios de Aplicação, estabelecimentos de ensino propostos no Decreto – Lei n. 9.053 de 12 de março de 1946 estabelecendo que:

Art. 1º As Faculdades de Filosofia federais, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática.

Art. 2º Os ginásios de aplicação obedecerão em tudo ao disposto no artigo 72 da Lei Orgânica do Ensino Secundário e respectiva regulamentação, devendo funcionar na própria sede da Faculdade ou em local próximo.

Esses ginásios seguindo a regulamentação da Lei Orgânica de 1942 foram instituições vinculadas às universidades federais do país e criados com um caráter de renovação na prática pedagógica e formação de professores, servindo como um campo de estágio, onde professores em formação exerciam uma situação real de ensino e colocava em prática os conhecimentos adquiridos no curso de graduação.

A história dos colégios de aplicação, em sentido amplo, cruzou-se com a da formação docente, sugerindo-se que compusessem a estrutura da formação do magistério como lugar de experimentação pedagógica e de produção de saber educacional. Na esteira desse pensamento – o da produção de ciência, da mentalidade cidadina, dos valores industrializantes – progressivamente as instituições de nível superior vocacionadas à formação docente vão contar com Colégios de Aplicação, articulados em torno da ideia de que a formação do mestre precisava de locais próprios para a pesquisa pedagógica e científica, a exemplo de laboratórios. (EVANGELISTA, 2003, p. 50).

Os Ginásios de Aplicação e sua regulamentação para o ideal funcionamento “ficam sujeitos à Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Decreto-lei número 4.244, de 9 de Abril de 1942, e às suas modificações posteriores” (BRASIL, 1946), cabendo ao catedrático de Didática geral de cada Faculdade a direção e a responsabilidade do Ginásio de Aplicação.

Sobre os Ginásios Vocacionais, a dificuldade que encontra para a sua pesquisa se deve ao fato da falta de documentos escritos sobre a experiência dessas instituições que nasceu e morreu em um período de regime militar e que foi extinta no ano de 1969.

Consideramos fundamental recuperar a memória do Ensino Vocacional por vários motivos: como a experiência foi ceifada violentamente por um regime ditatorial que a extinguiu, tendo havido inclusive a destruição de boa parte dos documentos e material pedagógico, fez-se necessário elaborar a memória não oficial desse projeto educacional complementando as fontes documentais com o recurso às fontes orais, recurso este, perfeitamente legítimo e justificável, já que os idealizadores da experiência foram calados pelos detentores do poder no regime militar. Recuperar a memória é ouvir diferentes vozes e “comparar as múltiplas verdades” (Vilanova, 1986:15); assim sendo, como até os anos 1980 o Vocacional havia sido pouco estudado, sobretudo em virtude das pressões políticas, urgia descortinar a verdadeira história desse projeto educacional

esquecido sob o manto do discurso único do poder arbitrário da época. (CHIOZZINI, 2010, p. 29).

Esses ginásios foram escolas pioneiras na rede pública de São Paulo nos anos de 1960 com inspirações internacionais, em que: “[...] o projeto pedagógico estava voltado para um amplo desenvolvimento das aptidões dos alunos, proporcionando condições de desenvolver suas potencialidades [...]” (CHIOZZINI 2010, p. 54), tendo o jovem, a possibilidade de entrar em contato com atividades profissionais, a fim de que possa orientar-se, mais adequadamente na sua futura profissão, buscando “[...] uma forma original de ensino secundário que situasse o adolescente brasileiro no processo histórica do desenvolvimento.” (NUNES, 1980, p. 118).

O projeto foi então criado no estado de São Paulo no ano de 1961, com a Lei do Ensino industrial n. 6.052, o Ginásio Vocacional:

Art. 25 - O Curso Básico Vocacional e o Curso de Iniciação Vocacional poderão funcionar nas Escolas Industriais ou Escolas de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, sujeitos à direção administrativa dos mesmos estabelecimentos.

Parágrafo único - O Curso Básico Vocacional poderá, a critério do Poder Executivo, funcionar como unidade distinta ou integrada em Centro Educacional, diretamente subordinada e orientada por órgão especializado de educação secundária da Secretaria da Educação, passando a denominar-se Ginásio Vocacional. (BRASIL, 1961).

Entende-se por meio da legislação criada para seu funcionamento que o ensino nestas instituições, “[...] atuarão, além de seus objetivos de educação geral, como recurso preparatórios para a formação profissional de grau médio e superior, prevista neste decreto ou na legislação vigente no Estado e no País.” (BRASIL, 1961), no qual o Ginásio Vocacional obedecerá às mesmas condições que o ensino secundário estadual, atendendo com isso “[...] as necessidades de uma ordem social em mudança num Estado em processo de desenvolvimento econômico”. (TAMBERLINI, 2001, p. 64).

A proposta visava o aluno no contato com vida em estudos do meio, situando-o no espaço e no tempo, possibilitando a ele consciência dos acontecimentos, aprendizagem dos fatos e experiência que culminaria com uma criticidade qual as autoridades da época abominavam.

O ensino Vocacional, voltado para a formação de indivíduos extremamente críticos, comprometidos com a realidade a que pertenciam e a transformação social, era incompatível com os

objetivos de ditadura, assim como outras experiências educacionais de feição progressista, que também foram alvo de perseguições políticas. (TAMBERLINI, 2001, p. 139).

Com isso “no decorrer do ano de 1969, o Ensino Vocacional foi vítima de uma sequência de atos praticados pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal que culminaram na extinção da experiência.” (TAMBERLINI, 2001, p. 142).

Então com as perseguições proporcionadas pelo Governo do Estado e do país no período da Ditadura Militar, foi oficializado a extinção dos cursos nesses ginásios:

Em 5/6/1970, por meio do Decreto n. 52.460 oficializou-se a extinção dos cursos Ginásios Vocacionais que passaram a integrar a rede comum de ensino (os alunos já matriculados poderiam concluir o curso em regime didático especial) [...]. (TAMBERLINI, 2001 p. 149).

Com a alteração política a partir de 1964, com a tomada do poder pelos militares e extinção dos Ginásios Vocacionais, algumas propostas educacionais, especificamente do ensino secundário, surgiram com a finalidade, segundo Nunes (1980, p. 148) de uma política integrativa que incentivasse as atividades técnico-profissionais e despoltizasse as relações e organizações educativas, no período que acompanha a expansão econômica do país.

Entre as iniciativas estão os Ginásios Orientados para o trabalho, criado pelo diretor do Ensino Secundário, Gildásio Amado, que mais tarde passou a se denominar Ginásios Polivalentes, introduzindo com o apoio dos militares a gestão da Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM). Propunha práticas de trabalho e de cultura geral, que atenderia de forma não-discriminatória, à medida que atenderia os alunos conforme o interesse deste de aprendizagem técnica e ideológica.

Enquanto a EPEM definia o currículo do Ginásio Polivalente, o Estado de São Paulo por volta de 1967, conforme cita Nunes (2000, p. 57) constituiu uma comissão para formular as bases teóricas e práticas de um novo Ginásio: O Ginásio Pluricurricular, apresentando as mesmas finalidades que os Ginásios Polivalentes.

Os Ginásios Orientados para o Trabalho, os Ginásios Polivalentes e os Ginásios Pluricurriculares surgiram em decorrência dos interesses políticos e exigências econômicas do capitalismo periférico, que pressionavam no sentido da modernização do sistema educacional. (NUNES, 1980, p. 152).

Com esse pensamento capitalista e centralizador do governo no país, a criação desses Ginásios surge mais preocupados com a formação do homem trabalhador que não fosse capaz de questionar as ideias da sociedade em que estaria inserido, fortalecendo as hierarquias capitalistas.

### **O Ensino Secundário no sul de Mato Grosso: leituras em fontes memorialísticas**

Luiz Alexandre de Oliveira ao objetivar escrever uma autobiografia em terceira pessoa em caráter de depoimento desprezioso para “[...] provar que o presente é muito melhor do que o passado e que as gerações novas estão muito mais bem preparadas para a vida do que no passado [...]” (OLIVEIRA, 1986, p. 10) acaba contribuindo para a historiografia do Estado.

A importância desses depoimentos que apresentam um momento único vivido, uma visão única, uma expressão única da vida de uma pessoa é de caráter inigualável à medida que possibilitam uma reflexão por meio de diálogos com outras fontes, de um determinado tempo e espaço da sociedade, revelando com isso que,

A análise da memória desse precursor da educação de Campo Grande, possibilitou um confronto de fontes, pelo qual o pesquisador precisa sempre investigar os dados contidos na memória de um autor tendo em mente que ele está reconstruindo as lembranças de seu tempo.

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. (BOSI, 1987, p. 11).

Desta forma, a importância de uma memória deve ser considerada ao passo que for investigada de forma crítica, pois apresenta subjetividades de quem escreve, mas é inegável a importância dessas fontes para a constituição da história, neste caso, da história da educação no sul do Estado de Mato Grosso.

O que se pode constatar nos documentos que trata do ensino secundário no sul do Estado, nada se tem sobre a criação e manutenção de um Ginásio de Aplicação, Ginásio Vocacional, Ginásio Polivalente e Pluricurricular.

Verifica-se pelos relatos de quem viveu no Estado em meados do século XX, é que o Estado “[...] era, para o resto do Brasil, uma simples expressão geográfica. Afora Cuiabá e Corumbá, nada mais era conhecido.” (OLIVEIRA, 1986, p. 23).

O Estado vivia na precariedade em nível econômico e com a educação não foi diferente já que “Até 1914, a Educação em Mato Grosso era bem precária [...] só havia ginásio em Cuiabá – o Liceu Cuiabano. (ROSA apud. OLIVEIRA, 1990, p. 31), sendo ele criado em 3 de dezembro de 1879, por meio da lei n. 536, que afirma que: “Fica criado nesta Capital um Liceu de línguas e ciências, com o fim não só de habilitar professores para o magistério público primário, como os aspirantes às matrículas dos cursos superiores do Império” (BRASIL, 1879).

Com a ausência de Ginásios Públicos no sul de Mato Grosso, a iniciativa privada impulsionou a educação no Estado. Foram criados instituições de ensino primário, como o Instituto Pestalozzi em 1915, em Aquidauana, que a convite da prefeitura, o advogado criador da instituição transfere a escola para Campo Grande, passando a se chamar Ginásio Municipal de Campo Grande.

Outra instituição criada pela iniciativa particular foi o Instituto Rui Barbosa pelo professor Luiz Alexandre de Oliveira, que relata que:

Montei em 1923, em minha casa, na rua 13 de maio, ao lado da Igreja Batista, uma escola que denominei Instituto Rui Barbosa, e transféri-a algum tempo depois ao professor Henrique Correa. Comecei com duas alunas, cada uma me pagando dez mil réis de mensalidade. No fim do mês, já tinha número suficiente de alunos, para cobrir as despesas. (ROSA apud. OLIVEIRA, 1990, p. 32).

O Instituto Osvaldo Cruz reabriu no que era o Instituto Rui Barbosa em março de 1927 pelos professores Henrique Corrêa e João Batista, que funcionava inicialmente em prédio alugado, mostrando novamente a dificuldade do ensino no Sul de Mato Grosso o professor relata um colégio “[...] em decadência, pessimamente instalado e muito endividado. Era o antigo Colégio Osvaldo Cruz, que estava passando por uma fase difícil, e, além disso, funcionava em local impróprio e alugado.” (OLIVEIRA, 1986, p. 36).

Oliveira (1990, p. 31) para esclarecer, segundo ele, uma versão errônea que se tem de que os professores formados em Cuiabá, que iniciaram o processo educacional e promoveram a melhoria do nível cultural do Estado, diz que “Em 1918, foi a São Paulo

e lá contratou duas normalistas e diversos professores que viriam imprimir novos rumos à Educação do Sul do Estado. (ROSA, apud. OLIVEIRA, 190, p. 31).

O corpo docente deste estabelecimento na década de 1930 era considerado um grupo bem estruturado para a época, sendo que sua maioria era formada por profissionais liberais da área jurídica ou da saúde, para se ter idéia dos 14 professores, três eram advogados (um era também militar, tenente), três médicos (dois eram também militares, tenentes), três engenheiros, um farmacêutico e um militar (major). Os três restantes não tinham formação superior (JORNAL FOLHA DA SERRA, 1934, s/p.).

É possível verificar que o professorado do sul do Estado de Mato Grosso, devido à falta de estabelecimento de preparo para a formação docente encarregavam profissionais de outras áreas de ministrar as aulas no Ginásio Osvaldo Cruz ou outras instituições de ensino secundário, quando estes não vinham de outras cidades do país ou Estado.

Preocupados com a formação dos docentes no sul do Estado, podemos citar que em 14 de novembro de 1953, a partir do decreto nº 34.638 é criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), objetivando realizar cursos e estágios para a preparação do profissional docente do ensino secundário, se espalhando pelo Brasil, chegando no sul de Mato Grosso em 1958.

Houve quatro instituições de ensino secundário em Campo Grande, sendo três de iniciativa privada: Ginásio Municipal Dom Bosco, Ginásio Osvaldo Cruz, Ginásio Feminino Nossa Senhora Auxiliadora e o Ginásio Estadual Campograndense. Mas nenhum relato de Ginásios com finalidades técnico-profissionais ou de formação de professores.

### **Considerações Finais**

Com a Proclamação da República novas tendências de pensamento surgiram para se pensar a educação com a efervescência ideológica em que o Brasil passava frente a constante urbanização no país. Muito se buscava com uma política de educação que visava o desenvolvimento da sociedade brasileira, e com reformas e leis foi possível pensar nessa educação.

Os anos de 1930 e 1945, conhecidos como “Era Vargas”, são marcados pela busca da redefinição educacional e com o propósito de “reconstrução da nação”. As

reformas que se seguiam marcaram intensamente a educação secundária como mecanismo de ascensão à medida que pretendia atender aqueles que fossem aptos a seguir seus estudos e conseqüentemente formar a elite dirigente do país.

Foram criadas instituições educativas voltadas a atender a essas demandas e apresentavam uma política pedagógica renovadora. Dentre eles os Ginásios de Ensino secundário que almejava suprir as expectativas de uma classe média urbana, o Ginásio de Aplicação que foram instituições com caráter de renovação na prática pedagógica e formação de professores. O Ginásio Vocacional estava voltado para um amplo desenvolvimento das aptidões dos alunos, e os Ginásios Polivalentes e Pluricurriculares que surgem mais preocupados com a formação do homem trabalhador em decorrência das exigências econômicas do período de sua criação.

O ensino secundário no sul de Mato Grosso, como conta agentes daquela época, vivia na precariedade em nível econômico e educacional. A esse fato devemos responder à questão de não existência de outros ginásios, se não os de Ensino Secundário no estado.

Em síntese, as fontes memorialísticas juntamente com documentos e pesquisas realizadas sobre o Ensino Secundário no Brasil e no sul de Mato Grosso revelam a trajetória dessas instituições como importante marco para a educação no país.

## Referências

ANDRADE, Maria Clarete Borges de. **Cultura Escolar no Ginásio de Aplicação:** Universidade Federal de Santa Catarina na Década de 1940. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Mestrado em Educação da UDESC, Florianópolis, SC, 2009.

BARALDI, I. M; GAERTNER, R. **A revista Escola Secundária e a CADES:** traços de uma formação de professores na História da Educação (Matemática). In: Encontro Nacional de Educação Matemática 10, 2010. Salvador. **Anais...** Salvador, 2010. Disponível em: < [http://www.lematec.net/CDS/ENEM10/estudos/CC/T6\\_CC700.pdf](http://www.lematec.net/CDS/ENEM10/estudos/CC/T6_CC700.pdf)>. Acesso em: 27 Abril. 2014.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. 2ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **História e Memória da inovação educacional no Brasil:** O caso dos Ginásios Vocacionais (1961-69). São Paulo, Campinas, 2010.

EVANGELISTA, Olinda. **Colégios de Aplicação na encruzilhada**. In: COSTA, Fabíola Cirimbelli Burigo; BIANCHETTI, Lucídio; EVANGELISTA, Olinda (Org.). Escola Viva: a construção do Projeto Político-Pedagógico do Colégio de Aplicação da UFSC. Florianópolis: NUO/CED/UFSC, 2003, p. 49-66. (Coleção Cadernos CED).

GHIRALDELLI, Paulo. História da Educação Brasileira. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Benoir. L. T., São Paulo: Centauro, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 135p.

NUNES, Clarice. Escola & Dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, p. 183.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 14, p. 35-60, 2001.

OLIVEIRA, Luiz. **O mundo que eu vi**. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília Ltda., 1986, 102p.

ROSA SÁ, Maria da Glória. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990, 233p.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil) / Rosa Fátima de Souza. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2)

TAMBERLINI, Ângela. **Os Ginásios Vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001, 178p.

TAMBERLINI, Ângela. R. M. de B. Os Ginásios Vocacionais, a história e a possibilidade de futuro. In: ROVAI, Esméria (org.). **Ensino Vocacional: uma pedagogia atual**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 29.

### Fontes

BRASIL. Decreto – Lei n. 4.244 – De 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do ensino secundário**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=3081&norma=7108>> Acesso em 12 de dezembro de 2013.

BRASIL. Decreto – Lei n. 9.053 – De 12 de março de 1946. **Lei Orgânica do ensino secundário**. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77811&norma=104496>>. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

BRASIL. Decreto n. 38.643 - De 27 de junho de 1961. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-38643-27.06.1961.html>> Acesso em 12 de dezembro de 2013.

**Criação dos Colégios de Aplicação.** Disponível em: <<http://www.uel.br/aplicacao/pages/o-aplicacao/historico.php>> Acesso em 12 de dezembro de 2013.

JORNAL FOLHA DA SERRA. **A educação de Campo Grande.** Campo Grande, s/nº, s/mês, 1934.

LEI N. 536: cria o Liceu Cuiabano na Província de Mato Grosso, de 3 de dezembro de 1879. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (orgs). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso.** Campinas: Autores Associados, 2000.